



PLANO DE GOVERNO

2025-2028


PSB40



PLANO DE GOVERNO

EQUIPE TÉCNICA E COLABORADORES

Adeílson Antônio
Adelqui Rodrigues
Antônia Cunha
Antônio Araújo
Beto Figueiredo
Carlita Souza
César Messias
Claudenor Magalhães
Cleber Fontenele
Cristiane Nogueira
Danton Moura
Davilene Anaissi
Denis Costa
Dr. Leon Fábio
Ednaldo Muniz
Evandro Rosas
Gabriel Maia
Gustavo Franco
Henry Nogueira
Inete Damasceno
Isaac Ronaltti
Jacira Rodrigues

Janaína Marszalek
Jardy Lopes
Jefferson Soares
Keuren Laine
Leandro Mathaus
Lubia Araújo
Marcos Aurélio
Maria Batista
Pedro Alexandre
Prof. Francisco Pereira
Prof. José Genivaldo do Vale
Prof. Nilson Euclides
Professora Rosineia Frota
Professora Vangela Nogueira
Renata Oliveira
Rivamar Guedes
Rogério Maia
Sanderson Moura
Sidney Mota
Sinoel Batista
Thiago Higino
Zilda Tomás

ESTRUTURA DO PLANO DE GOVERNO

- ❖ Saúde e Bem-estar
- ❖ Educação
- ❖ Cultura
- ❖ Esporte e Lazer
- ❖ Direitos Humanos e Políticas Afirmativas
- ❖ Cidadania e Proteção Social
- ❖ Trabalho e Economia Solidária
- ❖ Produção
- ❖ Desenvolvimento Econômico e Turismo
- ❖ Infraestrutura e Mobilidade Urbana
- ❖ Regularização Fundiária e Moradia
- ❖ Meio Ambiente, Água e Saneamento
- ❖ Governança e Tecnologia
- ❖ Segurança e Defesa Civil

PLANO DE GOVERNO

SAÚDE E BEM-ESTAR

A Saúde é um direito humano e devemos reconhecer o Sistema Único de Saúde – SUS como um verdadeiro patrimônio da nossa sociedade. Entretanto, configura-se em um dos maiores e mais complexos desafios para a gestão pública, por se tratar de um Sistema de Saúde interfederativo e dependente da pactuação constante entre as esferas municipal, estadual e federal.

Importante também considerar que diversos determinantes sociais afetam a condição de Saúde e Bem-estar da população, e que a noção de rede, capaz de interferir no binômio saúde-doença, está intimamente associada com outras áreas da gestão pública como Educação, Segurança e Assistência Social, devendo, portanto, dialogar compartilhando problemas e soluções, com uma abordagem interdisciplinar e integrada.

Parte significativa da oferta de serviços em Saúde é prestada no município, onde, geralmente, a fragilidade tanto orçamentária quanto de gestão é a maior dentre os entes federativos. O que evidencia o papel fundamental do governo federal e dos estados atuando diretamente junto aos municípios, garantido o pacto federativo de gestão da rede.

As Unidades de Saúde são ferramentas importantíssimas para a qualidade da oferta de serviços. A garantia de estrutura adequada das Unidades, tanto em ambiência quanto em equipamentos e insumos, e atendimento humanizado são condições absolutamente necessárias



PLANO DE GOVERNO

Além da estrutura, a gestão qualificada dessas Unidades se constitui também em um grande desafio, visto a reconhecida complexidade inerente da sua administração. Unidades de Saúde estruturadas, bem gerenciadas e inseridas no contexto de uma rede integrada de serviços, são fundamentais para um bom funcionamento do Sistema de Saúde.

Da mesma forma, acreditamos que a qualidade técnica, ética e humana do profissional de Saúde em atividade

nessa rede, tanto quanto sua atuação em condições adequadas de trabalho e sua motivação, são essenciais para a prestação de um serviço qualificado. Profissionais de Saúde valorizados, qualificados e motivados podem estabelecer, juntos com a gestão, metas a serem alcançadas, visando a melhoria dos indicadores de Saúde Pública, satisfação do usuário, economicidade e racionalidade do sistema, assim como melhor remuneração ao conjunto dos trabalhadores da Saúde.



PLANO DE GOVERNO

Para nossa gestão há uma relação indissociável da educação permanente e o setor da Saúde. As unidades de Saúde não são apenas locais de prática clínica, mas também ambientes integrados aos programas de formação acadêmica, como cursos de graduação e programas de residência médica e multiprofissional. Reconhecemos que os profissionais de Saúde em atividade precisam participar continuamente de processos de qualificação e educação permanente para aprimorar suas práticas, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

Propomos aprimorar o uso de Tecnologia da Informação (TI) na gestão da Saúde. Ao contrário das demais tecnologias incorporadas no dia a dia da Saúde (equipamentos, medicamentos, procedimentos, etc.), a TI é a única com potencial para reduzir custos.

O uso da Telemedicina vem transformando a oferta de serviços de Saúde em todo mundo, fornecendo ferramentas de acessibilidade, economicidade e qualificação técnica, com grande potencial para contribuir também com os processos de regulação da rede.



Nosso projeto considera central para a tomada de decisão na gestão, os sistemas de Vigilância em Saúde, vistos como instrumentos essenciais para o monitoramento da situação de Saúde de uma sociedade, acompanhando indicadores e antecipando tendências, emergências e/ou mudanças de padrões. Tais sistemas necessitam estar em íntima relação com a rede laboratorial, visando a monitorização de condições de interesse para a Saúde Pública e garantindo ao mesmo tempo, a proteção da sociedade e a eficácia na aplicação dos recursos. Nossa gestão precisa estar pautada em indicadores de estrutura, processos e resultados, estabelecendo prioridades, com elaboração de metas alcançáveis, incluindo a dimensão da qualidade e da satisfação do usuário, pactuadas com os diferentes atores e permanentemente monitoradas ao longo do mandato.

O usuário e a sociedade civil organizada são atores essenciais de planejamento, controle e avaliação dessa rede, exercendo um importante papel

PLANO DE GOVERNO

constitucional de controle social, garantindo não só a participação da população nas decisões que lhe dizem respeito, mas contribuindo para a garantia da transparência na gestão, fortalecendo o caráter democrático e republicano da administração pública.

Nossos desafios são particularmente importantes, pois a utilização rotineira dos serviços públicos de Saúde pela imensa maioria da sociedade rio-branquense traduz sua importância para o estado de bem-estar coletivo em nosso território.

Nosso compromisso é ampliar o acesso a cuidados adequados, realizar a prevenção de doenças, fomentar a atenção à saúde mental e a promoção de hábitos saudáveis em nosso município.



PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Valorizar, capacitar e dar condições de trabalho aos **profissionais de Saúde**;
- ✓ Identificar e preencher os vazios assistenciais de cuidado, ampliando a **Telemedicina/Telesaúde nas Unidades de Saúde**, como estratégia, incluindo sua incorporação na regulação. **Ofertando especialidades como Pediatria; Neurologia; Psiquiatria dentre outras.**
- ✓ Fortalecer os mecanismos de regulação, controle e acesso à Saúde no município;
- ✓ Fortalecer a Assistência Farmacêutica;
- ✓ Ampliar a cobertura das **URAP'S** e **USF'S**, de modo a diminuir as demandas/filas de atendimento diagnóstico, efetivando a Política de Humanização na Saúde;
- ✓ Melhorar as condições das Redes de Atenção à Pessoas (Autismo, Materno-infantil, CAPS, Consultório na Rua, Cuidado à Pessoa com Deficiência, Jovens, População Negra, Idosos, e Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas);
- ✓ Aperfeiçoar as ações de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Controle de Zoonoses;
- ✓ Fortalecer as ações e o cuidado com a Saúde do Trabalhador;
- ✓ Reestruturar as ações de Saúde Bucal no município;
- ✓ Implementar ao serviço de pré-natal o exame de ultrassonografia no município;
- ✓ Criar a Unidade de Pronto Atendimento Infantil Municipal (**UPAI**);
- ✓ Fortalecer o controle social fomentando a participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Saúde.
- ✓ Criar um projeto piloto através de recursos digitais (Aplicativo) para agendamentos de consultas e exames.
- ✓ Estender o horário dos serviços de atendimento comunitário em alguns Centros de Saúde de Referência.
- ✓ Ampliar e reestruturar o Programa de Entrega de medicamentos em casa.

PLANO DE GOVERNO

EDUCAÇÃO



A Educação é um processo integral que vai além da transmissão de conhecimentos. Enfatizamos sua importância na formação cultural, no desenvolvimento humano e na perpetuação da sociedade. Conectamos trabalho e conhecimento como componentes essenciais para alcançar a humanização plena das pessoas e da sociedade como um todo. Um ato que visa não apenas transmitir conhecimentos, mas também promover a conscientização crítica, o empoderamento, a transformação social e a libertação das pessoas através de uma educação participativa e transformadora.

A escola que propomos é estruturada como instituição especializada na tarefa de educar: o saber científico e tecnológico, produto do trabalho social, sistematizado pelo conjunto da humanidade ao longo de sua história, indispensáveis para a emancipação humana não só das forças da natureza, mas de todas as formas de opressão. Por isso, ela está organicamente vinculada aos interesses de justiça social para o conjunto da sociedade.

Impossível pensar esse ideal de escola sem os servidores da Educação. Ressaltamos a responsabilidade desses profissionais em formar novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores, com senso ético, de cidadania e respeito aos Direitos Humanos.

PLANO DE GOVERNO

A valorização do trabalhador da Educação não apenas beneficia diretamente os profissionais, mas também tem um impacto significativo na qualidade do ensino e no desenvolvimento global da sociedade. É um investimento crucial para o futuro educacional e social da nossa cidade.

Assim como os profissionais da Educação, a sociedade civil é fundamental para mobilizar a comunidade em torno das questões educacionais, aumentando o engajamento dos cidadãos na formulação de políticas, na implementação de programas educacionais eficazes para uma educação de qualidade, acessível e equitativa para todos.

A sociedade civil desempenha um papel crucial no monitoramento da qualidade da educação e na responsabilização das instituições educacionais e governamentais por suas políticas e práticas. Ela reforça o sistema educacional.

Na contramão do que idealizamos para o ensino de Rio Branco, a atual gestão tem sido ineficiente em suas políticas de Educação. O índice de reprovação nas séries iniciais subiu de 2,4% em 2021 para 3,7 em 2022. A distorção idade/série subiu de 9,5% em 2021 para 11,6% em 2023 (<https://qedu.org.br/municipio/1200401-rio-branco>).

Defendemos uma escola alicerçada em um currículo de base cultural alargada que articule trabalho-cultura-conhecimento-tecnologia, indispensáveis ao desenvolvimento de nossa cidade, mas também comprometido com a humanização e emancipação. Uma escola laica, gratuita, aberta a todos indistintamente, com recursos necessários para financiamento de qualidade, um currículo ampliado, referenciada na identidade social dos rio-branquenses, que têm uma história e cultura particularmente distintas. Nossas crianças merecem ler as palavras e o mundo com espírito crítico e libertador.



PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Ampliar o acesso às escolas de educação infantil e ensino fundamental na idade certa;
- ✓ Ampliar as matrículas em creche e pré-escola;
- ✓ Elevar o padrão de qualidade da infraestrutura e do ensino nas escolas rurais, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida da população rural;
- ✓ Ampliar de maneira gradativa a oferta ao ensino fundamental em tempo integral, implementando duas unidades escolares (modelos) uma no 1º distrito e outra no 2º distrito.
- ✓ Ampliar a inclusão de alunos com deficiência, ampliando o ensino especial, com profissionais qualificados e programas de ensino adequados às necessidades, além de apoiar ações no âmbito de instituições não governamentais como Educandários e creches comunitárias;
- ✓ Equipar as escolas com conectividade e laboratórios de informática;
- ✓ Fortalecer a merenda escolar por meio da compra de alimentos oriundos da agricultura familiar;
- ✓ Melhorar o acesso e qualidade do transporte escolar;
- ✓ Implementar Centro de Tecnologia para a inserção de ferramentas tecnológicas no ambiente escolar, potencializando o processo de ensino-aprendizagem, assegurando práticas pedagógicas interativas e formação em tecnologias (internet, robótica, produção de aplicativos);
- ✓ Valorizar os profissionais da Educação (dialogar com representantes de classe da Educação, cumprir o piso da Educação Básica, reformular o PCCR);
- ✓ Construir unidades escolares com base na sustentabilidade para diminuir a demanda de vagas em Rio Branco;
- ✓ Ampliar, reformar e adequar unidades escolares;
- ✓ Firmar parceria com a UFAC e IFAC para realizar formações continuadas para os profissionais em Educação;
- ✓ Convocar servidores do cadastro de reserva, assim que houver necessidade;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Criar bibliotecas municipais, com o objetivo de viabilizar o acesso de crianças e adolescentes dos bairros da nossa periferia às atividades extracurriculares diversificadas como: leituras, jogos, brincadeiras lúdicas;
- ✓ Realizar concurso público efetivo após diagnóstico de comprovação da necessidade;
- ✓ Implementar serviços de suporte psicopedagógico para identificar e atender a necessidades especiais, promovendo um ambiente inclusivo para alunos com dificuldades de aprendizagem;
- ✓ Incorporar programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais para ajudar os alunos a desenvolver competências como empatia, comunicação e trabalho em equipe;
- ✓ Garantir a Lei de Gestão Democrática na Escola;
- ✓ Criar um programa municipal de atendimento em saúde, ao servidor da educação.
- ✓ Fortalecer e reestruturar o Programa Busca Ativa Escolar, com o intuito de erradicar a evasão escolar.
- ✓ Ampliar e Fortalecer o Programa Saúde na Escola, proporcionando atendimento e palestras de educação em saúde aos alunos.



CULTURA

A Cultura em Rio Branco deve ser pensada em seu conceito ampliado, englobando todos os aspectos que caracterizam os modos de vida das comunidades de maneira integral, sendo reconhecida como um dos eixos do desenvolvimento do município.

A gestão municipal deve ser a executora das políticas públicas culturais desenvolvidas a partir da escuta da sociedade, através do Conselho Municipal de Políticas Culturais e suas respectivas instâncias de participação: Conferência Municipal de Cultura, Comissão Executiva de Cultura – CEC e Câmaras Temáticas, visando promover a valorização dos saberes e fazeres rio-branquenses e a especialização dos agentes da cultura para que possam potencializar a economia criativa.

A Cultura é capaz de promover, ao mesmo tempo, desenvolvimento social, renda e o desenvolvimento sustentável da economia da região, através do diálogo com outros setores como a Educação, Meio Ambiente, Turismo, entre outros.

Para que se possa valorizar os saberes e fazeres, parte-se do pressuposto que é necessário conhecer o que é produzido em Rio Branco, tanto na área das Artes, como na cultura popular, nas culturas indígenas, nas culturas afro-brasileiras, no artesanato, abordando aspectos do patrimônio material e imaterial.

As políticas culturais devem contribuir para a promoção do desenvolvimento humano de maneira integral, propiciando o acesso ao livre exercício dos direitos culturais, com liberdade de expressão, criação e fruição, combatendo toda a forma de discriminação e preconceito. Com isso, a cultura contribui para a formação de cidadãos autônomos e conscientes de seu papel social.

Outro importante princípio é a preservação de bens de relevante interesse



PLANO DE GOVERNO

histórico, arquitetônico, turístico e cultural, bem como espaços e equipamentos culturais do município.

Consideramos central o fortalecimento dos mecanismos municipais da Cultura, especialmente o Conselho Municipal de Políticas Culturais, assim como o Fundo Municipal de Cultura - FMC, instrumento de financiamento das políticas públicas municipais da Cultura nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural.

Para nós a Cultura desempenha um papel fundamental e multifacetado na sociedade, influenciando diversos aspectos da vida coletiva e individual como identidade, pertencimento, criatividade, memória, desenvolvimento econômico e turístico, fortalecendo práticas vitais para a vida humana em nossa cidade.



PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Realizar a manutenção e inovação dos equipamentos culturais e turísticos do município;
- ✓ Ampliar os Centros Culturais (equipamento público que congregue espaços para diversas atividades como bibliotecas, cinema, teatro, sala multiuso para dança, música, espaços para realização de atividades das culturas indígenas e afro-brasileiras, com a oferta de cursos livres, oficinas e atividades culturais;
- ✓ Melhorar o acesso à Arte e Cultura para cidadãos de baixa renda inscritos no CadÚnico;
- ✓ Criar o Calendário Cultural de Rio Branco, com a retomada dos festivais artísticos e a realização de Conferências de Cultura bianualmente;
- ✓ Fomentar a economia criativa em torno da Cultura em parceria com Turismo;
- ✓ Implementar o Portal “Rio Branco mais Cultura”, com a reunião de todas as informações sobre a Cultura do município, como dados históricos, biblioteca virtual, cadastro dos espaços, cartografia social da Cultura e acesso à programação cultural semanal;
- ✓ Fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação da Cultura;
- ✓ Fortalecer editais específico para os fazedores das culturas dos povos indígenas;
- ✓ Criar e incentivar uma política de audiovisual, para promoção das artes de modo geral;
- ✓ Implementar anualmente a Feira de Literatura Regional em parceria com outras instituições;
- ✓ Promover os festivais de artes visuais;
- ✓ Atualizar e garantir a execução do Plano Municipal de Cultura.

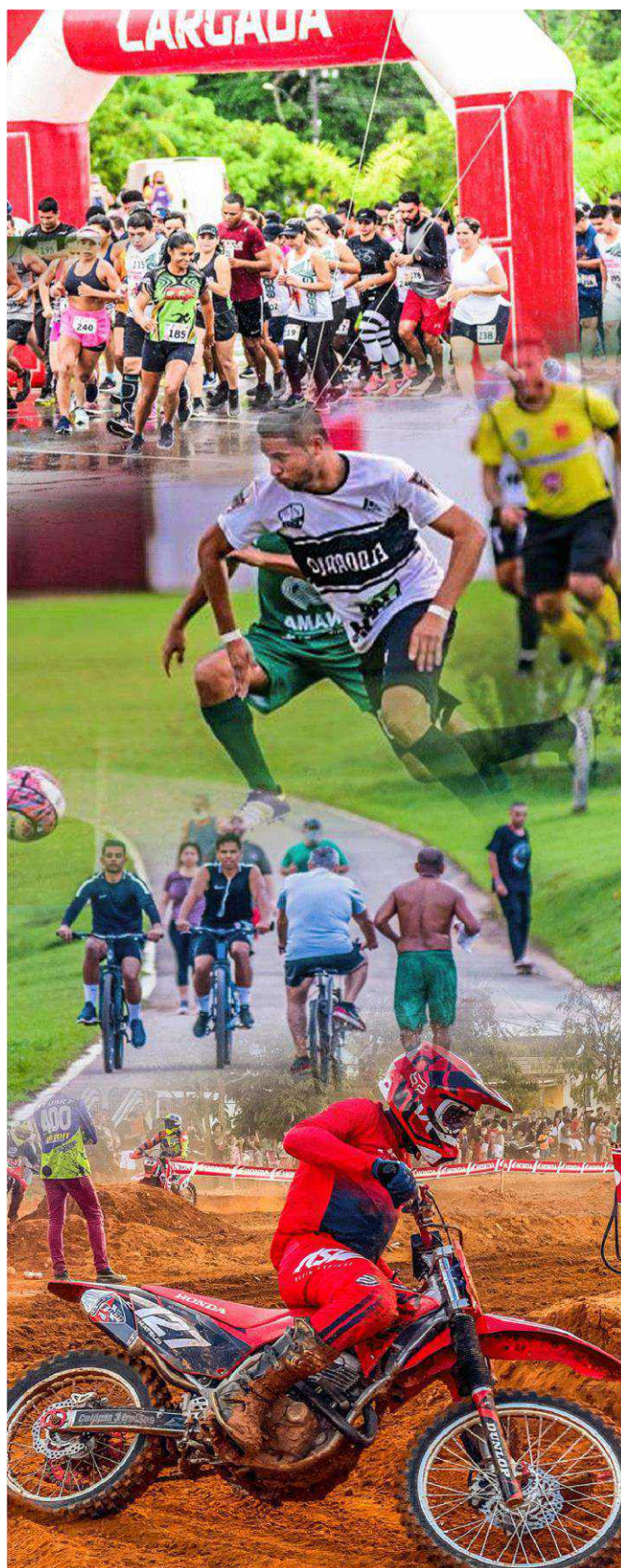
PLANO DE GOVERNO

ESPORTE E LAZER

Realizar atividades esportivas e de lazer promove um estilo de vida ativo, ajudando na manutenção da saúde física. Além disso, o esporte e o lazer ajudam na prevenção de várias doenças crônicas, como doenças cardíacas, diabetes, obesidade, pois quem se exercita de forma adequada, geralmente, tem uma vida mais saudável e feliz, contribuindo também para saúde mental da população.

O Esporte se configura ainda como uma ferramenta de inclusão social e transformação da sociedade, podendo quebrar barreiras sociais, étnicas, econômicas e culturais, proporcionando um espaço onde pessoas de diferentes origens podem se reunir e interagir de forma igualitária, promovendo o respeito mútuo e a valorização da diversidade.

Programas esportivos têm um papel fundamental também na vida escolar de crianças e jovens, na descoberta de aptidões para modalidades esportivas, incentivam a frequência escolar melhorando o desempenho acadêmico, nesse diálogo do Esporte com a Educação. Além de tirar aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social de possíveis chances de aliciamento.



PLANO DE GOVERNO

Outro ponto forte do Esporte, como papel preventivo, são as atividades com idosos. A atividade física ajuda a manter a mobilidade e a independência à medida que se envelhece, reduzindo o risco de declínio cognitivo e demência, além da socialização dos mesmos, trazendo mais benefícios à Saúde.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância de realizar atividades físicas em locais adequados e mediante orientação de profissionais credenciados pelos respectivos conselhos.

O lazer proporciona um tempo essencial para descansar, relaxar e recarregar as energias físicas e mentais. Isso é crucial para combater o estresse e a fadiga acumulados pelas demandas da vida cotidiana, promovendo o equilíbrio entre trabalho e descanso, proporcionando um ambiente propício para construir e fortalecer relacionamentos sociais e familiares. É importante reconhecer o Lazer como uma necessidade humana.

Esporte e Lazer são qualidade de vida. Os benefícios físicos e mentais são inúmeros: previne o envelhecimento, evita o sedentarismo e a obesidade, diminui a ansiedade e ajuda na regularização do sono de crianças, adolescentes e adultos, colaborando com melhorias no bem-estar comunitário.

A partir desses princípios vinculados ao Esporte e Lazer, nossa gestão tem uma missão múltipla: identificar estudantes para fomentar o investimento em esportes de alto rendimento, realizar inclusão social de crianças e jovens, prevenir doenças físicas e mentais, bem como socializar as pessoas. Nosso compromisso é retomar as ações de fortalecimento do Esporte e Lazer em Rio Branco.



PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Integrar modalidades de esportes aos espaços e eventos culturais;
- ✓ Realizar a manutenção de equipamentos esportivos de Rio Branco;
- ✓ Instituir um programa “vida saudável” através das academias populares;
- ✓ Valorizar os profissionais que atuam na área do Esporte;
- ✓ Reativar os torneios esportivos no município;
- ✓ Implementar programa de lazer nos parques de Rio Branco;
- ✓ Realizar os jogos escolares e indígenas;
- ✓ Realizar parceria com as Federações Esportivas do Acre;
- ✓ Executar a Lei de Incentivo ao Esporte;
- ✓ Criar o centro municipal de esportes de alto rendimento;
- ✓ Realizar eventos esportivos de integração e competição nas modalidades: ciclismo, motociclismo, corrida de rua, futebol, atletismo, handebol, voleibol, futsal, artes marciais, esportes radicais, entre outras.



PLANO DE GOVERNO

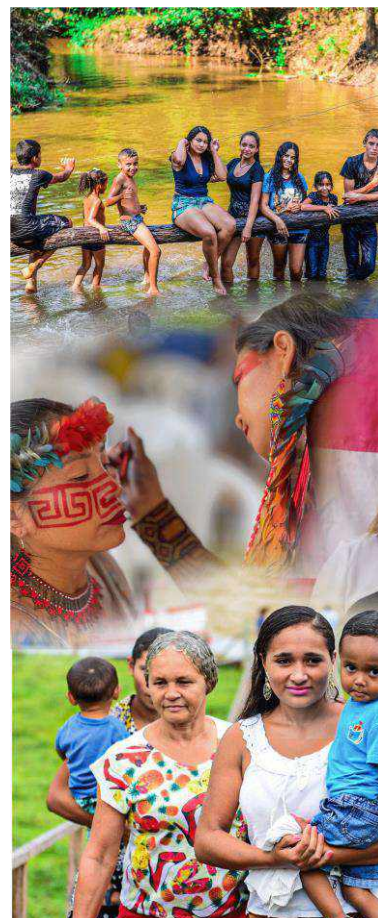
DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos estão previstos na Carta Magna como Direitos Fundamentais presentes no art. 5º e seus incisos. Por terem esse *status* de norma constitucional os Direitos Humanos possuem extrema importância para a promoção da dignidade da pessoa humana e se constituem como um dos pilares fundamentais para a garantia do Estado Democrático de Direito no Brasil.

As políticas públicas que versam sobre Direitos Humanos e políticas afirmativas são de responsabilidade dos três entes federativos, contudo, cabe ao município financiar e executar políticas públicas específicas que promovam a igualdade, a não discriminação e a inclusão social. Isso pode incluir programas para proteger os direitos das minorias étnicas, religiosas, linguísticas e outras comunidades marginalizadas e vulneráveis contra

toda e qualquer situação de grave ameaça ou violação de Direitos, como é o caso das mulheres, principais vítimas de violência em Rio Branco, crianças, adolescentes e jovens, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, populações tradicionais, entre outros, as quais, são vítimas de discriminação e violência racial, de gênero, socioeconômica, religiosa, de orientação sexual, entre outras.

No entanto, as políticas de Direitos Humanos no município, têm sido negligenciadas, seja do ponto de vista da fragilização institucional, como aconteceu em partir de 2022, quando a atual gestão funde a Assistência Social com Direitos Humanos e extingue a Secretaria da Mulher, Juventude e Igualdade Racial, transformando-as em meros departamentos, ou pela drástica diminuição no aporte de recursos humanos e financeiros para a consecução das diretrizes, políticas e planos de promoção e defesa de direitos fundamentais às populações vulneráveis, ocasionado o aumento significativo do número de violações.



PLANO DE GOVERNO



O estado do Acre em 2021, pela sua ineficaz execução nas políticas de Direitos Humanos, ocupou a primeira posição no ranking nacional de feminicídio com taxa de 2,7% de mulheres assassinadas, sendo mais que o dobro da média nacional que, no mesmo período, apresentou taxa de 1,2%, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Isso demonstra o quanto a falta de investimentos na promoção e defesa dos Direitos Humanos e a desarticulação dessas políticas, e principalmente voltadas a proteção das mulheres, têm impactado negativamente em nosso estado que, pelo terceiro ano consecutivo, ocupou essa vergonhosa posição de primeiro lugar na taxa de feminicídio, colocando o Acre como o lugar no Brasil onde as mulheres mais correm perigo de serem assassinadas em razão do gênero, ou seja, pelo simples fato de serem mulheres.

O Acre também figura como um dos campeões nos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como gravidez na adolescência. Conforme dados divulgados no ano de

2021, pela Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado possuiu o maior percentual de gravidez entre meninas de 13 a 17 anos da região Norte. No Acre, 12,8% das adolescentes, que já tiveram relação sexual, engravidaram pelo menos uma vez na vida. O número, inclusive, é maior do que o percentual do Brasil, que é de 7,9%.

PLANO DE GOVERNO

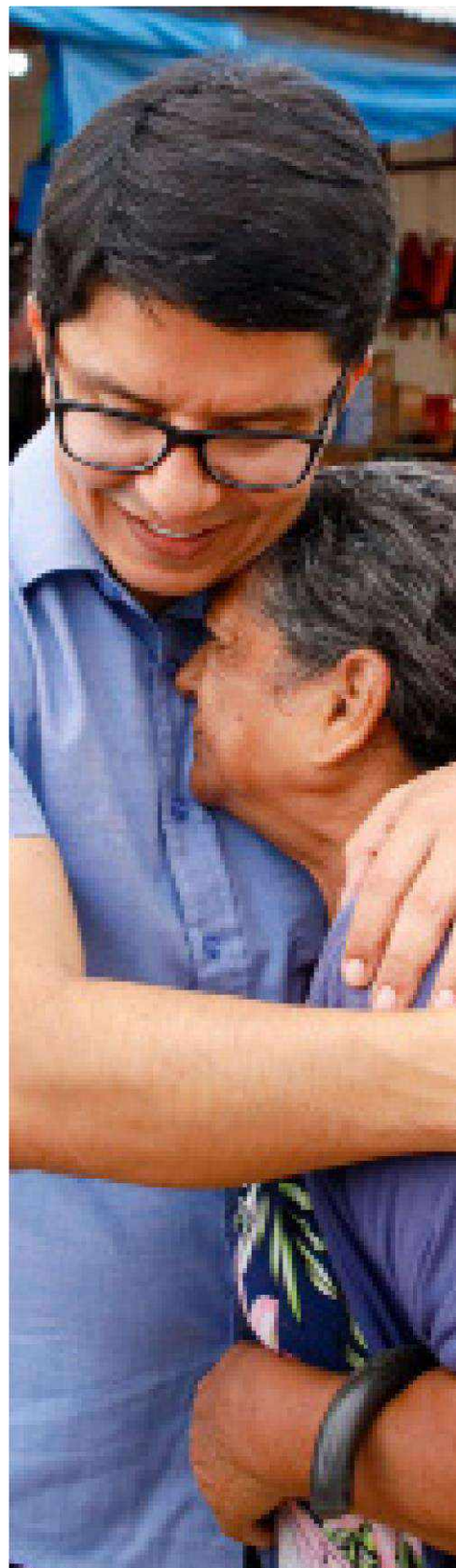
As omissões com a promoção dos Direitos Humanos têm colocado em risco toda nossa população que, constantemente, vem sofrendo todo tipo de violação de Direitos e é vítima de múltiplas violências, abusos e traumas. Vítimas por não encontrarem proteção por parte do poder público, que tem o dever por Lei de protegê-la. Estamos à mercê da própria sorte em nosso município.

Assim, nossa gestão reorganizará institucionalmente a área de Direitos Humanos, reestruturando essa importante e fundamental política, pautada no fortalecimento do controle social, por meio dos conselhos de direitos, bem como na transparência e no planejamento institucional, com o máximo de participação da sociedade, respeitando as especificidades, orientações e complexidades de cada grupo vulnerável que deve ter protegido seus direitos fundamentais.

Faremos um grande pacto entre poder público e sociedade civil organizada com uma centralidade na juventude, mulheres, crianças, idosos, garantindo-lhes oportunidades e acesso. Só assim poderemos sonhar com desenvolvimento sustentável, autonomia e romper com ciclos de preconceito, violência, exclusão e pobreza.

Juntos retiraremos Rio Branco da posição de cidade com altos índices de violação de Direitos Humanos. Para isso propomos lançar um programa que mobilize os setores envolvidos na promoção e proteção de Direitos Humanos, com objetivos, metas e ações claras e exequíveis durante os próximos quatro anos de gestão.

Os Direitos Humanos e as políticas afirmativas serão prioridades na nossa gestão, pois só conseguiremos avançar rumo a uma cidade próspera, segura e feliz se promovermos o amplo acesso dos rio-branquenses aos direitos fundamentais, bem como lutarmos juntos contra todo e qualquer tipo de discriminação, violência e exclusão, garantindo assim, o pleno desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental em nossa cidade.



PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

DIREITOS HUMANOS

- ✓ Criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos;
- ✓ Criar o observatório municipal em Direitos Humanos;
- ✓ Instituir os conselhos de Direitos Humanos e demais conselhos das políticas afirmativas;
- ✓ Firmar parcerias para execução das políticas públicas afirmativas para juventude, mulheres, idosos, indígenas, negros e LGBTQIA+, pessoas com deficiência e população em situação de rua;
- ✓ Implementar a ouvidoria municipal em direitos humanos.

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- ✓ Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD;
- ✓ Implementar o Plano Municipal de Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
- ✓ Implementar o teletrabalho ou a redução na carga horária de trabalho para pessoas com deficiência na administração municipal.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES

- ✓ Criar a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres;
- ✓ Elaborar Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;
- ✓ Fortalecer a atenção à Saúde da Mulher em Rio Branco;
- ✓ Estruturar e apoiar tecnicamente a produção familiar realizada por mulheres;
- ✓ Consolidar ações de fortalecimento da autonomia econômica das mulheres fomentando cursos, créditos, economia criativa e economia solidária no município, principalmente às beneficiárias do CadÚnico;
- ✓ Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres;
- ✓ Articular as áreas da gestão municipal para a formulação de políticas públicas para o fortalecimento da rede de atenção às mulheres, considerando o alinhamento com marcos internacionais, tais como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Realizar feiras agroecológicas envolvendo as agricultoras do Movimento de Mulheres Camponesas;
- ✓ Instituir um Plano Emergencial de Enfrentamento ao Femicídio e à todas as formas de violência contra as mulheres em Rio Branco;
- ✓ Fortalecer o trabalho da Casa Rosa Mulher em Rio Branco;
- ✓ Instituir o programa de combate à gravidez na adolescência.

POLÍTICAS PARA OS IDOSOS

- ✓ Reestruturar as políticas para pessoa idosa;
- ✓ Realizar campanhas de conscientização sobre os direitos das pessoas com mais de 60 anos;
- ✓ Fortalecer o Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- ✓ Fomentar a criação de grupos de convivência e acolhimento para pessoa idosa, a exemplo de grupos de recreação dançante;
- ✓ Potencializar as ações de habitação para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social.

POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

- ✓ Restabelecer o diálogo com os jovens a partir das instituições que pautam cotidianamente o tema Juventude;
- ✓ Reestruturar a política municipal de Juventude;
- ✓ Revisar o Plano Decenal de Políticas para Juventude;
- ✓ Fomentar ações educacionais com atividades ligadas à economia criativa;
- ✓ Articular o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude;
- ✓ Garantir acesso às novas tecnologias para disseminação da informação e dos princípios democráticos da transparência e da participação;
- ✓ Criar ações de fomento que estimule as atividades econômicas para a Juventude.

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO

- ✓ Reestruturar a Política de Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo em Rio Branco;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Implementar as Leis 10.639/2003 (história e cultura afro-brasileira) e 11.645/2008 (história e cultura indígena e afro-brasileira) nas unidades educacionais de Rio Branco;
- ✓ Criar programas específicos de capacitação profissional, elevação de escolaridade, criação de oportunidades de trabalho e renda para as mulheres negras, especialmente as trabalhadoras domésticas, as empreendedoras e aquelas com alto índice de vulnerabilidade;
- ✓ Estabelecer o diálogo e preparar as secretarias para realizar a transversalidade da Política de Promoção da Igualdade Racial em todos os órgãos do município;
- ✓ Fortalecer o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, com o objetivo de implementar o Programa Nacional de Saúde da População Negra e de Saúde da Mulher Negra em Rio Branco;
- ✓ Fortalecer o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial a fim de garantir o controle social;
- ✓ Garantir ações prioritárias na execução, no âmbito municipal, do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana;
- ✓ Articular Políticas de Promoção da Igualdade Racial-PIR com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) para igualdade racial, com ênfase no enfrentamento ao racismo e no extermínio e encarceramento da juventude negra.

POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

- ✓ Fomentar ações e Políticas Públicas para a População LGBTQIA+;
- ✓ Sensibilizar e formar servidoras e servidores de órgãos da administração pública, através de capacitação em disciplinas de Direitos Humanos, com ênfase na temática LGBTQIA+, visando a não discriminação e enfatizando a ética e respeito às diversidades;

POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

- ✓ Fomentar o uso de materiais didáticos de autores indígenas nas escolas municipais;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Realizar parcerias entre SEMSA e os órgãos de Saúde federal e estadual para o atendimento aos povos indígenas em contexto urbano, fortalecendo as ações de Saúde Indígena em Rio Branco;
- ✓ Reestruturar as políticas para a prática esportiva entre os indígenas residentes em Rio Branco.



CIDADANIA E PROTEÇÃO SOCIAL

A política de Assistência Social compõe o chamado tripé da Seguridade Social no Brasil, ao lado da Saúde e da Previdência, conforme previsto no art. 194 da CF/88. Essa política pública se realiza por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS tendo como princípios fundamentais: a universalidade, gratuidade, intersetorialidade, descentralização, equidade e integralidade na proteção social.

Uma gestão que se propõe a combater a desigualdade social e econômica com o objetivo de melhorar a vida da população de Rio Branco, necessariamente tem que realizar investimentos estratégicos no SUAS, com o foco prioritário para as populações hipervulneráveis, que historicamente, estão excluídas e marginalizadas em suas demandas e necessidades.

Rio Branco tem um índice de 37,21 de incidência de pobreza segundo dados do IBGE, 2023. Isso demonstra o tamanho do desafio, principalmente após a pandemia da covid-19, no sentido de fazermos a transição dessa enorme parcela da nossa população, hoje desempregada, desvalidada e excluída, para um patamar de acesso digno ao trabalho, renda, escolaridade, entre outros direitos sociais, visando a superação do atual quadro de miséria e abandono que assola as populações de nossa cidade, em parceria com estado e governo federal.

Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS-2024, Rio Branco possui cerca de **44.834** mil famílias em situação de pobreza e/ou pobreza extrema cadastradas no Programa Bolsa Família, o



PLANO DE GOVERNO

que representa aproximadamente **124.643** mil pessoas (<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>).

Para superar essa atual situação de extrema exclusão social e garantir à nossa população os Direitos, os benefícios e os serviços públicos consagrados na legislação do SUAS, é necessário e fundamental reestruturarmos e reorganizarmos o Sistema Único de Assistência Social em Rio Branco, que infelizmente, na atual gestão, foi desmontado e desvirtuado para cumprir uma agenda meramente eleitoreira e assistencialista, relegando as políticas públicas, outrora estruturadas tecnicamente, a segundo plano, inviabilizando o atendimento adequado a uma grande parcela de nossa população que necessita da Assistência Social como um Direito.



É importante focar no fortalecimento e na ampliação das proteções sociais básica e especial, implementar o acompanhamento socioassistencial, com a retomada das capacitações e assessoramento técnico às equipes municipais, bem como garantir o cofinanciamento dos programas, projetos, benefícios e serviços já em funcionamento, com o intuito de proporcionar o atendimento prioritário às famílias e indivíduos em vulnerabilidade, que são o público alvo dos CRAS e CREAS.

Garantir que a política pública da Assistência Social funcione tecnicamente dentro do que a Lei estabelece é o primeiro passo para promover Direitos, combater a pobreza e a insegurança alimentar, proteger grupos vulneráveis como idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, indígenas, pessoas em situação de rua, pessoas negras, entre

PLANO DE GOVERNO

outros, com o objetivo maior de diminuir a miséria e a exclusão social que atualmente castigam nossa cidade.

Outro grande desafio é fortalecer os conselhos de direitos, ampliar a participação da sociedade civil organizada na elaboração, execução e fiscalização dos serviços socioassistenciais. Somente com o controle social organizado, fortalecido e participativo é que vamos efetivamente garantir que a sociedade, em especial os nossos usuários do SUAS, sejam ouvidos, respeitados e acolhidos pela política municipal de Assistência Social.

Neste sentido é importante ressaltar a necessidade que o poder público tem em articular as mais diversas instituições da sociedade civil que realizam relevantes trabalhos sociais, articulando empresas, instituições privadas, igrejas, sindicatos, entidades de classe, associações, ONGs e quem mais puder contribuir, de maneira coordenada e vinculada aos princípios do SUAS, no intuito de garantir Direitos e promover a proteção social em Rio Branco.

Por fim, a Secretaria Municipal de Assistência Social precisa ser reorganizada para priorizar essa importante missão de gerir o SUAS, considerando as especificidades técnicas exclusivas da área, dentro do que estabelece o pacto federativo e a organização tripartite da Assistência Social, com o objetivo de construirmos juntos uma cidade com justiça e equidade.



PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Fortalecer a vigilância socioassistencial com a implementação do mecanismo de ouvidoria social;
- ✓ Reestruturar a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- ✓ Implementar o Fundo e a Política Municipal de Combate à Extrema Pobreza;
- ✓ Implementar um programa de valorização e capacitação de todos os trabalhadores da rede SUAS, afim de garantir a qualidade e a efetividade no atendimento aos usuários do Sistema;
- ✓ Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, bem como todos os conselhos de direitos vinculados à Secretaria;
- ✓ Ampliar o serviço de busca ativa nas regionais, com prioridade ao cadastramento de pessoas em situação de rua, migrantes, idosos, pessoas com deficiência, indígenas em contexto urbano, dentre outros públicos vulneráveis;
- ✓ Fortalecer todo o serviço de acolhimento institucional com prioridade para o atendimento às mulheres, idosos, crianças e adolescentes;
- ✓ Reestruturar e ampliar a política de acolhimento às pessoas em situação de rua;
- ✓ Reestruturar e ampliar o funcionamento dos CRAS E CREAS para garantir o adequado funcionamento e atendimento dos serviços e programas socioassistenciais, com especial atenção à juventude;
- ✓ Fortalecer e ampliar a política de segurança alimentar e nutricional, com a ampliação no atendimento diário do atual Restaurante Popular, além da construção de outra unidade;
- ✓ Construção de 2 cozinhas comunitárias para garantir alimentação saudável e em quantidade suficiente para população em hipervulnerabilidade, com a contratação prioritária de mão-de-obra de pessoas em situação de rua e egressos do sistema prisional;
- ✓ Consolidar ações da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, em função do grande número de pessoas em situação de drogadição e situação de rua em Rio Branco;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Revisar e implementar as ações prioritárias para a População em Situação de Rua, tendo por base os eixos da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7.053/2009);
- ✓ Realizar o aceite e a implementação do Plano Ruas Visíveis;
- ✓ Realizar parcerias com o executivo estadual para o trabalho integrado no que diz respeito aos direitos da população de rua;
- ✓ Aproximar, cada vez mais, a equipe do Consultório na Rua das Unidades de Referência e Atenção Primária para linha de continuidade de cuidados em Saúde;
- ✓ Estabelecer, com os órgãos de Segurança e Direitos Humanos, estratégia de proteção de pessoas em situação de rua em eventual conflito com organizações criminosas.
- ✓ Elaborar e implementar o Plano Municipal de Migração Segura e Combate ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes;
- ✓ Criar o Comitê Intersectorial de apoio ao Migrante, Apátrida e Refugiado;
- ✓ Promover a inclusão dos migrantes na rede de atendimento municipal, de forma a facilitar a compreensão da língua, em especial no âmbito da Saúde, Educação e serviços.



TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

É importante pensar a inclusão social a partir de uma reflexão transpassada pela inclusão produtiva, pela economia solidária e pela sustentabilidade, através de formas alternativas de organização econômica e de trabalho em uma cidade como Rio Branco, onde a população ocupada é de apenas 33,82% (IBGE-2022), cujo desempenho está associado a reduzidos níveis de crescimento econômico, fato que leva a uma convivência crônica com altas taxas de desemprego, principalmente em relação a força de trabalho jovem.

Cooperativas de trabalho, empresas sociais, trabalho associativo e comunitário são formas alternativas de ordenações produtivas geridas pelos próprios trabalhadores, que compartilham lucros e responsabilidades, promovendo a participação democrática e a equidade, envolvendo trabalho voluntário ou colaborativo para o benefício da comunidade, algumas vezes sem fins lucrativos, e organizado em torno de objetivos comuns.



Esses são os princípios da Economia Solidária: um modelo econômico que se baseia em cooperação, equidade e sustentabilidade. Ela busca criar novas possibilidades ao sistema econômico tradicional, que

muitas vezes é caracterizado por desigualdades e exploração.

Nessa perspectiva, nossa gestão vê a necessidade da criação de uma política de fomento ao empreendedorismo para que se possa fortalecer os mais diversos setores de atividades em Rio Branco. O conjunto dos seguimentos produtivos, responsáveis pela composição da nossa riqueza, precisa de investimentos, de maior organização e de modernização, de maneira que possamos torná-los mais robustos, melhorando os processos, aumentando a produtividade e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de nossa população dentro do nosso território.

PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Realizar cursos de capacitação voltados para as atividades da Economia Solidária, Economia Criativa e gestão de empreendimentos;
- ✓ Elaborar uma política municipal para o empreendedorismo que alcance dimensões produtivas e educativo-culturais;
- ✓ Fortalecer as iniciativas dos micro e pequenos empreendedores;
- ✓ Criar ambiente favorável aos empreendimentos relacionados à Economia Solidária;
- ✓ Formular uma política de incentivo às atividades da Economia Solidária e do Cooperativismo;
- ✓ Realizar concursos e prêmios para reconhecer e valorizar os MEI'S de destaque, incentivando outros a se formalizarem;
- ✓ Articular a implementação de financiamento para empreendedores.



PLANO DE GOVERNO

PRODUÇÃO

O setor produtivo é fundamental para o desenvolvimento e a sustentabilidade de Rio Branco, ele influencia vários aspectos da vida como a criação de empregos diretos, a geração de renda para os trabalhadores e empreendedores locais, que por sua vez, impulsionam o consumo e a economia, a contribuição para o aumento do nosso Produto Interno Bruto (PIB), leva à necessidade de melhorar a infraestrutura como estradas, reduz a dependência de importações e fortalece a autonomia econômica do município.



Investir na produção local estimula o comércio e os mercados locais, fortalecendo a economia interna, fomentando o consumo de produtos do território, beneficiando toda a comunidade.

Para nós, a agricultura familiar é parte essencial da produção em Rio Branco, contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural. É fundamental que se constituam políticas públicas que possam modernizar as práticas produtivas junto a agricultura familiar, com a inserção de mecanização, assistência técnica, uma boa logística e o uso de cultivares perenes que garantam maior rentabilidade para os núcleos familiares, e ainda são capazes de criar ecossistemas mais resilientes e sustentáveis.

A atual gestão tem falhado em investir devidamente na Produção. Não implementou políticas públicas que impulsionassem o setor aumentando os níveis de produtividade, tampouco investiu em novas tecnologias, promovendo a inovação.

PLANO DE GOVERNO

É preciso identificar as potencialidades produtivas de cada regional de Rio Branco para fomentar a atividade produtiva, seja na agricultura, pecuária, atividade pesqueira, entre outras.

A produção é vital para o município pois impulsiona a economia local, cria empregos, melhora a qualidade de vida, promove inovação e fortalece a identidade e a autonomia econômica da região.

Nossa gestão dará o apoio adequado às atividades produtivas construindo um desenvolvimento sustentável e equilibrado para Rio Branco.

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Implementar a política de fomento à produção da agricultura familiar;
- ✓ Robustecer as ações da CEASA em Rio Branco;
- ✓ Fortalecer o programa municipal de aquisição de alimentos do pequeno produtor;
- ✓ Ampliar a bacia leiteira de Rio Branco;
- ✓ Criar políticas que possam impulsionar a atividade produtiva na agricultura e pecuária;
- ✓ Apoiar os agricultores locais com cursos, palestras, orientações sobre plantio e pecuária;
- ✓ Implantar hortas comunitárias nos vazios urbanos de Rio Branco;
- ✓ Apoiar o produtor fornecendo assistência técnica e extensão rural, bem como facilitando o acesso à linhas de crédito compatíveis;
- ✓ Implementar Feiras Orgânicas e Agroecológicas no centro e em alguns bairros de Rio Branco.



PLANO DE GOVERNO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Uma gestão comprometida com sua população deve considerar as peculiaridades econômicas e as características regionais do seu município e de seu povo. É preciso pensar as ações de desenvolvimento juntamente com as áreas ambientais, culturais e sociais, fundamentadas nas culturas urbana e rural.

O turismo também é considerado como uma das principais atividades econômicas para economias em diferentes níveis, é um empreendimento que vem aumentando em todo o mundo, gerando retornos sociais e ambientais, por meio de políticas apropriadas, serviços recreativos e culturais, assim como produtos artesanais e musicais. É a terceira atividade econômica mais importante do país, segundo o Ministério do Turismo (2024), empatado com a indústria e o agronegócio. O Turismo tem um excelente potencial em Rio Branco, mas ainda tem muito a crescer, quando por exemplo, comparado com o que acontece em cidades próximas como Cuzco, Peru.



PLANO DE GOVERNO

Nossa cidade possui uma área de 883.500 hectares, dos quais 70% (618.450 ha) são de áreas conservadas e 30% (260.050 ha) de áreas alteradas, de acordo com o Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco (2008). Desse total geral de hectares, a área urbana representa 2,3%, correspondendo a 20.587 ha.

O índice de Desenvolvimento Humano de Rio Branco para o ano de 2017, foi de 0,727; valor abaixo da média nacional que é de 0,758 (PNUD-2017), o que não deveria ocorrer por se tratar de uma capital.

O município hoje apresenta uma baixa produção em relação ao seu potencial de consumo e tem uma infraestrutura viária precária. É estratégico desenvolver a implementação de planos, programas e projetos que visem elevar a produtividade de sua agricultura, da agropecuária e dos produtos hortifrutigranjeiros, bem como ampliar as oportunidades de expansão da comercialização para todas as cadeias produtivas e serviços, valorizando todos os processos produtivos. Nosso município precisa evoluir para ser um lugar de oportunidades para a maioria de sua população.



PLANO DE GOVERNO

Nosso povo se vê aprisionado em indicadores desumanos, que se transformam em obstáculos permanentes para um futuro de vida decente. Estamos cientes de que somente redirecionando os caminhos do nosso desenvolvimento econômico, nossa população pode se libertar paulatinamente das amarras estruturais da baixa renda e da pouca mobilidade social. A atual gestão e sua dinâmica econômica, levam nossa sociedade ao aprofundamento das desigualdades. Precisamos trilhar caminhos para que sejamos uma cidade de oportunidades, dando às pessoas esperança e um futuro digno.

Assim, nossa proposta de desenvolvimento econômico tem um duplo tema de orientação: fortalecimento econômico territorial e a geração de oportunidades e renda. Ou seja, as atividades econômicas precisam ser desenvolvidas em todas as regiões da cidade, observando suas peculiaridades, e não apenas em alguns espaços selecionados, assim como, as diversas modalidades econômicas precisam ser consideradas, visto que pensar no desenvolvimento de Rio Branco apenas por meio de um ou dois setores econômicos e/ou de empreendimentos, deixa de fora importantes atividades produtivas.

Nossa cidade está estrategicamente localizada no centro das Américas, sendo a capital do Acre, o que pode contribuir para ser o hub turístico da região, levando também em consideração as mais diversas modalidades de Turismo aqui presentes, como o etnoturismo, o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo de experiência e o turismo de base comunitária.

Nossa gestão se propõe a pensar políticas públicas que venham transformar a estrutura econômico-produtiva da nossa cidade.

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Estimular e fomentar plantio e manejo de culturas permanentes em Rio Branco;
- ✓ Estimular o processo de formalização dos pequenos negócios;
- ✓ Elaborar estratégias para que atividades com maior impacto ambiental possam avançar na modernização de seus processos produtivos;
- ✓ Fortalecer a produção nos polos agroflorestais, de Rio Branco;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Apoiar a recuperação da produtividade de milhares de hectares degradados;
- ✓ Fomentar o sistema de comercialização, beneficiando tanto produtores, quanto consumidores e comerciantes;
- ✓ Melhorar a trafegabilidade dos nossos ramais, recuperando também pontes e bueiros;
- ✓ Apoiar a modernização da produção de hortifruticulturas;
- ✓ Ampliar e modernizar o sistema de transporte da produção;
- ✓ Implantar o programas de escoamento da produção dos ribeirinhos;
- ✓ Modernizar os mercados municipais;
- ✓ Fomentar a criação de cooperativas para investir em arranjos produtivos, como café, mandioca, móveis feitos com madeira local e arranjos florais;
- ✓ Apoiar o turismo étnico-religioso, relacionado com as populações indígenas e tradições regionais, bem como o turismo de negócios, fortalecendo Rio Branco como hub (centro) de negócios regional;
- ✓ Elaborar calendário de atividades turísticas de Rio Branco, bem como a divulgação dos eventos;
- ✓ Implementar sinalização turística na cidade;
- ✓ Elaborar uma política municipal para o empreendedorismo que alcance dimensões produtivas com foco no Turismo;
- ✓ Elaborar e implementar o Plano Municipal de Turismo de Rio Branco;
- ✓ Elaborar e realizar a 1ª Expo Turismo Rio Branco;
- ✓ Criar ações que fortaleça e promova o desenvolvimento do potencial cultural, histórico, turístico e gastronômico de Rio Branco;
- ✓ Criar e fortalecer ecossistemas de empresas inovadoras em Rio Branco em parceria com Instituto Federal do Acre (IFAC), Universidade Federal do Acre (UFAC), SEBRAE e FIEAC;
- ✓ Desenvolver campanhas de marketing para promover, destacar e aumentar a visibilidade das empresas inovadoras de Rio Branco;
- ✓ Fomentar espaços de trabalho compartilhado e incubadoras, que ofereçam recursos e suporte necessário para empresas inovadoras, criando centros de aprendizagens digitais e de negócios inteligentes.

PLANO DE GOVERNO

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

URBANA

O estado do Acre tem sua importância geopolítica (divisa com os estados do Amazonas e Rondônia, e fronteira com os países Bolívia e Peru), pouco explorada em razão do escasso investimento público em infraestrutura nas cidades e da precarização da malha rodoviária que interliga os seus vinte e dois municípios e o resto do país.

Após muitos anos isolados por uma malha rodoviária fragmentada, a execução da ponte do Rio Madeira consolidou a rota do Pacífico com os demais estados brasileiros, via Peru, propiciando condição favorável à implantação de novos negócios, exportação e Turismo.



A ocupação desordenada de nossa cidade, juntamente com os rios permeando os núcleos urbanos tornam as áreas de Rio Branco vulneráveis, com impactos adversos quando das variações climáticas extremas, típica da região amazônica.

Precisamos recuperar a função social de nossa cidade, referente ao papel que os centros urbanos desempenham na promoção do bem-estar da sociedade, na organização da vida social e econômica e na garantia de direitos fundamentais.

Um dos desafios da Infraestrutura de Rio Branco é buscar o desenvolvimento urbano a partir de políticas públicas baseadas no desenvolvimento sustentável, no emprego da tecnologia, na função social da propriedade urbana e rural, na participação social, no respeito a nossa cultura e nossos antepassados, como princípios fundamentais.

O conceito de mobilidade urbana deve estar no cerne de qualquer gestão responsável com sua população. Ela é um tema fundamental para o planejamento urbano e regional. Devemos pensar em soluções urbanísticas

PLANO DE GOVERNO

voltadas às realidades amazônicas, à economia, à cultura, em favor dos povos indígenas, do meio ambiente e da sociedade rio-branquense, pois impactam diretamente em nossa qualidade de vida.

O incentivo e o desenvolvimento de estudos e ações de planejamento e gestão urbana, com participação multidisciplinar e valorização técnico-científica para o desenvolvimento deve permear as ações do município, culminando em sistemas tecnológicos na promoção de cidades inteligentes, com foco na correta aplicação dos recursos públicos. Esse é o modelo em que acreditamos e vislumbramos para nossa cidade.

Os recursos públicos devem ser investidos segundo as regras urbanísticas e as decisões técnicas compartilhadas com a participação popular, através dos segmentos organizados da sociedade.



É importante que possamos valorizar nossos materiais, as técnicas e sistemas construtivos, as espacialidades, com matérias primas produzidas e empregadas localmente, onde as edificações e a infraestrutura são orientadas pela ecologia, de modo que a natureza regenere e sustente as populações crescentes.

Os investimentos em mobilidade urbana, no transporte coletivo de qualidade, na valorização do transporte fluvial, na pavimentação das vias e consolidação da malha viária entre os municípios e áreas rurais são imprescindíveis. Importante promover estudos de viabilidade para implantação de outros meios alternativos, com foco na livre circulação de pessoas e mercadorias na nossa cidade.

Precisamos promover o ordenamento urbano, a regulamentação urbanística e fundiária, resguardando áreas de preservação ambiental e de lazer, a exemplo dos Planos Diretores, de Saneamento, de Resíduos Sólidos, de Educação, de Saúde e Mobilidade.

É urgente a exploração de energia limpa, o tratamento dos resíduos e reciclagem, com foco na sustentabilidade e preservação do meio ambiente e dos ecossistemas, adequando o suprimento de energia, objetivando a expansão da

PLANO DE GOVERNO

capacidade de fornecimento para instalação de indústrias em Rio Branco. Fortalecer o comércio e serviços, pensando na melhoria das condições de infraestrutura urbana e rural.

A aplicação dos recursos públicos em infraestrutura e mobilidade urbana devem se materializar na manutenção das cidades, dos equipamentos urbanos, de obras públicas e no patrimônio histórico-cultural, ocupando ordenadamente o território e otimizando-os. É necessário aperfeiçoar as ferramentas de consultas públicas, a participação popular e a transparência das informações sobre as ações governamentais, voltados às pessoas e suas necessidades de moradia, lazer, saúde, educação, segurança, transporte e bem-estar social, com serviços públicos dignos e que fortaleçam o sentimento de pertencimento em nossa Rio Branco.



AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Melhorar a trafegabilidade da malha viária de Rio Branco, bem como a navegabilidade nos rios e igarapés com pontos de fiscalização, de apoio aos motoristas, barqueiros e passageiros, com recuperação, sinalização e manutenção preventiva adequada;
- ✓ Melhorar a trafegabilidade dos ramais de Rio Branco;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Trabalhar o urbanismo biomórfico nas edificações públicas, buscando o “financiamento verde”;
- ✓ Fazer parceria com as universidades para implantar inovações tecnológicas ligadas a Infraestrutura;
- ✓ Melhorar a qualidade do transporte público de Rio Branco;
- ✓ Realizar a construção e manutenção de vias e pontes de ligação entre bairros, que gerem maior integração das vias urbanas;
- ✓ Revitalizar e interligar a malha cicloviária;
- ✓ Iniciar projeto piloto, de microterminais urbanos que sejam alimentados por linhas locais/tronco alimentadoras nos corredores, incluindo veículos menores nas frotas, que causam menor impacto asfáltico e permitem maior agilidade, integrando zona urbana e rural;
- ✓ Instituir recursos tecnológicos, como as câmeras e as ferramentas virtuais, para melhorar a segurança e o conforto no transporte coletivo;
- ✓ Revitalizar e ampliar abrigos para táxi, mototáxi, frete, motofrete e outros;
- ✓ Melhorar a infraestrutura de calçadas em Rio Branco;
- ✓ Iniciar Implementação do passe livre para estudantes;
- ✓ Implantar o programa Rio Branco - Cidade Resiliente, articulando ações de prevenção, enfrentamento e superação de eventos climáticos extremos, buscando melhores respostas e recuperações;
- ✓ Revisar Plano Diretor de Transportes e Trânsito de Rio Branco;
- ✓ Construir o Plano de Mobilidade Urbana em atenção aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana – Lei 12.587/2012;
- ✓ Criar programa municipal de arborização de ruas e avenidas afim de gerar maior conforto térmico para pedestres e ciclistas com árvores frondosas.
- ✓ Criar a frente de recuperação emergencial (Tapa buracos) de ruas e avenidas, com o objetivo de intervir em pontos críticos, garantindo de forma rápida a trafegabilidade da população.
- ✓ Criar um Programa Piloto de pavimentação de ruas em bairros críticos com concreto armado e pavimento cimentício.
- ✓ Realizar o recapeamento asfáltico, com qualidade de ruas e avenidas de Rio Branco.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MORADIA

A regularização fundiária visa reconhecer e formalizar a posse ou propriedade de terrenos e imóveis, assegurando direitos legais aos seus ocupantes. A principal diretriz é conferir segurança à população assentada, conforme previsto na proposta do Plano Nacional de Habitação, objetivando o acesso à terra urbanizada, legalizada e bem localizada, bem como o regramento dos assentamentos formais e informais, garantindo principalmente a permanência dos moradores de baixa renda.

O Município tem obrigação de estabelecer a regularização de áreas públicas, com a finalidade específica de instaurar um Banco de Terras com vistas ao seu Plano de Habitação de Interesse Social. Plano este, que Rio Branco não



PLANO DE GOVERNO

possui pela omissão da atual gestão.

O município tem a função de oferecer garantia jurídica e opções habitacionais, com acesso à moradia digna e adequada para a população.

Conforme os dados levantados pelo Governo do Estado do Acre e a Federação de Indústrias do Acre, FIEAC, o déficit habitacional para 2007 foi de 37.883 moradias (PMRB-2011). Rio Branco não possui um diagnóstico atualizado sobre indicador.

Segundo o IBGE (2010), a população em Rio Branco aumentou de 290.639 em 2007 para 305.954 em 2009, e para 335.796 em 2010. Naquele momento existia uma defasagem de 45.157 moradores em relação aos cálculos estatísticos divulgados. Uma necessidade de 14.952 novas moradias, ou seja, um déficit de 46.048 moradias. Considerando que em 2022 a população passou para 364.756, o déficit passa das 50.000 moradias.

É importante que habitações de interesse social sejam construídas em áreas que permitam o acesso a serviços essenciais, como transporte público, escolas, saúde e comércio, evitando a formação de guetos e promovendo a integração social, minimizando o impacto ambiental e promovendo a eficiência energética.

A moradia de interesse social é um componente essencial para promover a inclusão social e o direito à cidade, contribuindo para a redução das desigualdades habitacionais urbanas e rurais.

Devemos pensar a ocupação de vazios urbanos como estratégia de gestão, enfrentando a desigualdade socioespacial no ambiente, com o foco na redução do déficit habitacional.

Nossa gestão propõe uma política de habitação que prevê a participação social, garantindo que o processo de planejamento e construção envolva a presença das comunidades, certificando que as moradias atendam às necessidades e especificidades dos rio-branquenses.

PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Articular com o CREA, o CAU e as universidades a instalação do Escritório de Engenharia Pública, ofertando projetos, acompanhamento da execução e regularização de imóveis, através da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS;
- ✓ Retomar programas de habitação urbana e rural em parceria com governo estadual e federal, focando nas habitações populares;
- ✓ Iniciar o levantamento e a regularização de construções regularizáveis;
- ✓ Dar seguimento a urbanização de assentamentos precários;
- ✓ Instituir a urbanização de lotes para distribuição às famílias de baixa renda;
- ✓ Fomentar a construção de casas populares com Parceria Público Privada – PPP; prioritariamente com concessão de uso para pessoas em situação de rua, deslizamentos ou extrema vulnerabilidade social;
- ✓ Manter, promover e ampliar a Regularização Fundiária de Rio Branco;
- ✓ Elaborar programa que ofereça às famílias que moram em casas insalubres ou moradias de interesse social, provenientes de projetos habitacionais, a possibilidade de reformas e reparos que se façam necessários para manter a salubridade da moradia.



MEIO AMBIENTE, ÁGUA E SANEAMENTO

A preservação do meio ambiente é fundamental para garantir a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, pois está diretamente ligada à saúde humana, à biodiversidade e ao equilíbrio dos ecossistemas.



O modelo de industrialização com queima de combustíveis fósseis, a produção de material plástico a partir dos resíduos de petróleo e, ainda, o uso de recursos naturais, seja água potável, seja o uso da madeira ou outros produtos florestais, tudo influencia o futuro do planeta.

A humanidade está a poucos graus do ponto de não ter como reverter o aquecimento global. Se não nos atentarmos para uma mudança agora, nenhuma medida mais será possível pelo homem para regular o aquecimento global e a preservação dos recursos materiais de produção econômica. A degradação ambiental pode levar a perdas econômicas significativas.

A água é um recurso natural essencial para a sobrevivência de todos os seres vivos e desempenha um papel vital em diversos processos ecológicos, sociais e econômicos. A preservação das florestas e das águas é vital para a mitigação das mudanças climáticas. A poluição e a escassez de água potável, são questões críticas em muitas regiões do mundo, e não é diferente em nossa cidade. Fenômenos climáticos extremos são cada vez mais comuns na nossa região, como a cheia de março de 2024 e a erosão fluvial ocorrida em Rio Branco

PLANO DE GOVERNO

em julho de 2024 pela alternância de períodos de cheias e secas, que culminou em um decreto de emergência.

Rio Branco precisa de uma gestão eficiente para os seus recursos hídricos. A falta de governança adequada pode levar a conflitos entre usuários, desperdício de água e degradação dos ecossistemas aquáticos.

Tão importante quanto o meio ambiente e a água, é o saneamento. Ele garante a saúde pública por meio da gestão adequada de água, esgoto, resíduos sólidos e controle de vetores de doenças, contribuindo para a prevenção de



enfermidades, a melhoria da qualidade de vida e a proteção do meio ambiente. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS-2021, Rio Branco tem 39,27% da população sem água e 77,33% da população sem esgoto. Rio Branco está entre as 19 cidades do país com pior nível de saneamento básico (SNIS-2022). Esses índices são inaceitáveis para uma capital de estado e demonstra a total ineficiência dos atuais gestores.

A educação ambiental, nas séries iniciais de nossas escolas e entre nossos jovens, pode ser uma grande estratégia de prevenção e preservação, no sentido de diminuir desperdícios, como por exemplo, o de alimentos e o de energia, e da importância no cuidado com o lixo para reduzir a emissão de gases poluentes que aumentam o efeito estufa, reciclagem de papel, alumínio, plástico, vidro, ferro, borracha, entre outros.

Nossa gestão propõe um desenvolvimento sustentável, uma administração para atrair indústrias como as de perfumaria, que estão atentas para a responsabilidade ambiental, investimentos em energias limpas, ajustando modelos intensivos, apoiando os produtores no combate ao desmatamento e usando de forma inteligente as áreas de pastagens abertas. A floresta em pé também é ativo de renda, seja com turismo, seja com exploração de plantas medicinais, entre outros, tendo como princípio equilíbrio com crescimento econômico.

Meio ambiente, água e saneamento são sistemas complexos com diversas conexões, cuja preservação é essencial para a sobrevivência e bem-

PLANO DE GOVERNO

estar de todas as formas de vida no planeta. Devemos promover a conscientização, adotar práticas sustentáveis e elaborar políticas eficazes como estratégias para garantir um futuro saudável e equilibrado para nós e para as próximas gerações. Estamos na Amazônia, no meio da floresta, com uma responsabilidade ambiental gigantesca com Rio Branco.

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Reduzir os impactos de secas, queimadas e inundações, através do desenvolvimento de programa na Defesa Civil do município em colaboração da sociedade civil para aumentar a resiliência;
- ✓ Refletir acerca do crescimento econômico enraizado numa bioeconomia de ponta, apoiada por quatro pilares: (1) um novo modelo e um plano econômico para Rio Branco, incluindo infraestrutura sustentável; (2) nova governança: com o estabelecimento de uma autoridade de bioeconomia Amazônica; (3) geração de novos conhecimentos essenciais para o uso sustentável dos recursos naturais da região: com a implantação de laboratórios criativos na Amazônia, como o programa operativo; e (4) nova educação empresarial: com a criação da primeira Escola de Negócios Sustentáveis de Floresta Tropical do mundo;
- ✓ Investir em energias limpas;
- ✓ Fortalecer e dar escala ao programa de Regularização Ambiental, podendo ajudar os pequenos agricultores a recuperarem seus passivos;
- ✓ Arborizar praças e ruas com espécies que possam suportar o calor e o estresse hídrico nas próximas décadas;
- ✓ Restaurar áreas degradadas do município, buscando financiamento regional, nacional e internacional;
- ✓ Fortalecer viveiros com a finalidade de arborizar a cidade, envolvendo as escolas no programa;
- ✓ Fortalecer programa de recuperação de igarapés;
- ✓ Fomentar a educação ambiental em escolas e espaços culturais;
- ✓ Investir em saneamento básico e urbanização para não comprometer os sistemas aquáticos, articulados aos demais sistemas e serviços;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Priorizar a inclusão de sistemas de abastecimento de água e coleta/tratamento de esgotos nos projetos de urbanização;
- ✓ Criar o Programa Municipal de Construção de Sistemas de Aproveitamento de águas plúvias para uso secundário não potável e economia de água tratada.
- ✓ Criar o Programa Cidade Limpa, objetivando a coleta eficiente e sustentável;
- ✓ Desenvolver o Plano Diretor de Drenagem Urbana de Rio Branco;
- ✓ Recuperar matas ciliares de micro rios da cidade, com o plantio, quando possível da mata nativa;
- ✓ Criar um programa de plantio de árvores frutíferas na cidade;
- ✓ Criar uma política pública adequada de poda de árvores;
- ✓ Criar um programa de recuperação de micro rios e dos mananciais de água de cidade;
- ✓ Modernizar e fortalecer a implementação de estratégias de uso consciente dos recursos naturais, com o foco no desenvolvimento sustentável a partir de políticas públicas de forma participativas e democráticas, alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU;
- ✓ Construir o Plano de Segurança Hídrica, fortalecendo medidas de adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas;
- ✓ Adotar políticas de habitação em áreas seguras, construção de parques lineares e outras medidas redução do risco a cheias extremas;
- ✓ Implementar o Programa Cidade Sustentável, agregando políticas focadas no desenvolvimento sustentável e na construção de uma cidade Inteligente;
- ✓ Implementar políticas de Saneamento Básico em áreas rurais, fortalecendo o abastecimento de água para consumo humano e atividades agrícolas.
- ✓ Melhorar a regularidade do sistema de abastecimento em todos os bairros da cidade;
- ✓ Criar o plano de combate ao desperdício domiciliar, com a entrega do kit contra o desperdício contendo: torneira, boia, caixa-d'água e demais insumos necessários, para população de baixa renda (Perfil CadÚnico);

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Reformar as duas estações de tratamento de água, com a reconstrução do sistema de captação e bombeamento que se encontra destruído;
- ✓ Construir um lago reservatório para garantir a captação de água em Rio Branco, principalmente nos meses de seca e para fomentar atividades recreativas.
- ✓ Atualizar e modernizar todo o marco legal do saneamento de Rio Branco, como o Plano diretor municipal de saneamento;
- ✓ Criar o programa de tarifa social para o saneamento e o acesso a água e ao esgotamento sanitário;
- ✓ Realizar concurso público para o SAERB, para fortalecimento do corpo técnico.
- ✓ Elaborar e Implementar o plano de gestão eficiente e modernização administrativa e tecnológica do SAERB;
- ✓ Implementar um amplo programa de hidrometração, com a cobrança justa na tarifa de água e esgoto;
- ✓ Criar o Programa de educação em saneamento com ações de proteção e promoção aos cuidados com o Rio Acre;
- ✓ Criar o conselho municipal de saneamento e democratização ao acesso a água e esgotamento sanitário;
- ✓ Criar o Aplicativo de serviços do SAERB para atendimento virtual a todos os usuários;
- ✓ Reestruturar e reformar todas as unidades elevatórias e estações de tratamento de esgoto;
- ✓ Implantar usina de energia solar para promover uma maior eficiência econômica do sistema de saneamento;
- ✓ Valorizar os trabalhadores do SAERB com um programa de capacitação e valorização salarial e proteção contra acidentes de trabalho.

GOVERNANÇA E TECNOLOGIA

Rio Branco, o Acre, o Brasil e o mundo, todos fomos surpreendidos por acontecimentos, sobretudo a partir do ano de 2020, que mudaram o rumo da história. A pandemia da covid-19 e a guerra na Ucrânia, geraram graves crises sanitárias, humanitárias, sociais e econômicas de proporções alarmantes. A população está pagando essa conta nas bombas de gasolina e nas mesas das famílias brasileiras.

Esses fatos, fizeram com que a Organização Mundial do Comércio – OMC, revise o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB global em 2022, de 4,1% para 2,8%. Na América do Sul, a previsão é ainda menor, de 1,9%. Cabe salientar, que as receitas dos impostos cresceram mais que o PIB, tendo em vista o aumento dos preços das mercadorias e serviços, principalmente pressionados pela inflação dos combustíveis, alimentos e energia.

Um olhar sob as finanças públicas brasileiras mostra que a situação fiscal melhorou na maioria dos estados, sendo registrado expressivos superávits primários e redução do serviço da dívida (IPEA-



2021). O Acre permanece com a nota B na capacidade de pagamento, performance assegurada possivelmente pela suspensão do pagamento da dívida, demonstrando uma situação aparente de equilíbrio, que não retrata a realidade fiscal e orçamentária do estado.

Nos últimos 4 anos, observa-se claramente um dismantelamento do município, por meio da desarticulação de projetos e da sucessiva troca de equipes. O que evidencia a fragilidade dos mecanismos de planejamento e gestão. Também a falta de conhecimento do funcionamento dos processos emperrou e burocratizou a execução das políticas públicas, dificultando sua

PLANO DE GOVERNO

chegada na ponta, no público alvo, nas pessoas.

Rio Branco pela sua localização estratégica, potencialidades territoriais e climáticas, pode conceber um modelo de desenvolvimento em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável preconizados pela Organização das Nações Unidas – ONU. Em síntese, promover vida digna para sua população.

Nesse múltiplo cenário de algoritmos e possibilidades é crucial modernizar a gestão para se atingir patamares superiores de Governança, realização, qualidade de serviços e satisfação popular. Mais do que nunca, é preciso buscar alternativas viáveis e instrumentos gerenciais, com foco no planejamento e em resultados.

A Tecnologia pode apresentar para a sociedade, soluções eficazes que podem melhorar a maneira como o serviço público é prestado hoje, bem como incentivar e prover meios para o fomento do desenvolvimento de Rio Branco, ela é uma aliada poderosíssima para execução de políticas públicas.



Pensando de forma inclusiva, distributiva e equitativa, nosso mandato propõe, colocar Rio Branco em uma nova escalada para o desenvolvimento e crescimento econômico com sustentabilidade.

Nossa gestão tem um compromisso com a boa Governança. Cremos que o poder deve ser exercido de forma democrática, participativa e humana, buscando uma gestão responsável, otimizando os recursos sociais e econômicos da cidade, com conhecimentos e tecnologias. É fundamental

PLANO DE GOVERNO

realizar as atividades em conformidade com as normativas, dando lisura e credibilidade às ações governamentais.

Atualmente a modernização dos procedimentos da gestão passa pela adoção da política de compliance, capaz de ajudar o governo a manter-se alinhado às leis, normas e regras, reforçando o compromisso da gestão com qualidade.

Aliado a compliance e não longe dela, a gestão precisa se adaptar aos novos procedimentos de proteção dos dados de sua clientela. Assim, a Lei nº 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, foi sancionada no Brasil para proteger os direitos fundamentais de privacidade e de liberdade. Possui um capítulo exclusivo para o tratamento de dados pessoais pelo poder público (capítulo IV).

Modernizar a gestão exige investimentos constantes e significativos em sistemas, treinamento de equipes, contratação de auditorias externas e intercâmbios para troca de experiências com outros entes. Entretanto, o resultado também é proporcional ao valor investido, garantindo a qualidade, a segurança e a efetividade dos serviços públicos. Além de ser um valioso instrumento anticorrupção. O resultado é o maior controle, informação e desempenho.

A cidade que sonhamos para as próximas décadas está além da nossa realidade socioeconômica atual. Nesse aspecto, iniciaremos com um modelo de governança simples e objetivo, com foco em resultados e na satisfação da população.



Assim, a meta é viabilizar projetos estruturantes e estratégicos para Rio Branco, sendo em financiamentos externos, recursos junto ao Orçamento Geral da União-OGU, Bancos Nacionais e outros organismos internacionais em forma de doação.

Mas não somente de recursos se realiza uma gestão, é preciso selar um grande pacto pelo desenvolvimento em favor de Rio Branco, com lideranças representativas da sociedade, partidos políticos, segmentos sociais, com a

PLANO DE GOVERNO

participação popular de forma efetiva e legítima. Dialogando com os servidores públicos, mantendo um canal permanente de conversas com sindicatos e demais categorias. Ressaltamos a importância de integrar a Câmara Municipal com a bancada acreana e regional no Congresso Nacional para atuar em rede, num trabalho conjunto e focado na retomada do crescimento e na captação de recursos para criar, de forma coesa e unida, uma cidade de oportunidades para todos e todas.



PLANO DE GOVERNO

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Modernizar a gestão, criando serviços digitais de governança, integrando as secretarias e departamentos, facilitando e desburocratizando o acesso a esses serviços pelo cidadão;
- ✓ Repactuar os processos de gestão e governança, considerando o crescimento econômico, o aumento da produção de riqueza do município, a diminuição das desigualdades, a inclusão social de raça e gênero, a tecnologia da informação e as mudanças climáticas;
- ✓ Elaborar o orçamento público com responsabilidade, observando a capacidade de endividamento e de pagamento;
- ✓ Realizar pesquisa/estudo atuarial acerca do déficit previdenciário de Rio Branco;
- ✓ Investir e melhorar os canais de transparência na gestão;
- ✓ Fortalecer as parcerias público-privadas;
- ✓ Tornar Rio Branco viável para captações externas, vislumbrando o desenvolvimento econômico e socioambiental;
- ✓ Garantir a participação popular na Governança, através do fortalecimento dos conselhos municipais, realizando uma gestão democrática em constante diálogo com o povo e a sociedade civil organizada;
- ✓ Abrir canais de diálogo com servidores, sindicatos, conselhos de classe, entre outros;
- ✓ Desburocratizar a estrutura da gestão;
- ✓ Investir em qualificação técnica e capacitação para os gestores e servidores públicos;
- ✓ Valorizar o servidor público;
- ✓ Criar o Plano Estratégico Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- ✓ Descentralizar a gestão, transformando as 10 regionais em Subprefeituras;
- ✓ Implementar um Programa de Incentivo à Inovação, permitindo que projetos inovadores recebam parte dos impostos de catalizadores via incentivos fiscais;
- ✓ Criar o Programa Municipal de cuidado com a saúde do servidor.

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Criar o Programa “Prefeitura itinerante” (Com todos os serviços), com a finalidade de levar os serviços públicos para mais próximo da comunidade.

SEGURANÇA E DEFESA CIVIL

A Segurança Pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos, e deve ser exercida com o fim de garantir a paz pública e a ordem social. É desenvolvida a partir de um conjunto de medidas preventivas e repressivas com foco na minimização da criminalidade e violência.



O crescimento da violência e da criminalidade na nossa cidade, noticiados diariamente nos veículos de comunicação e mídias sociais, tem provocado um considerável aumento da insegurança na população.

O Programa Cidades Inteligentes (vídeo monitoramento, a exemplo de outras capitais do Brasil) aliado ao Centro Integrado (central de atendimento ao cidadão), mitigaria, de certa forma, este fator, pois uma guarnição policial bem posicionada e bem orientada, poderia deslocar-se de forma oportuna mediante a identificação de um infrator motivado prestes a cometer ou em flagrante de

PLANO DE GOVERNO

cometimento de crime.

É inegável que a Segurança Pública é um dos pilares da organização social, todavia, a violência e criminalidade devem ser combatidas a partir de um esforço solidário entre o Sistema de Segurança Pública e outras instituições corresponsáveis pelo problema, tais como a Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, entre outras, refletindo diretamente a importância da colaboração do município nesse enfrentamento à violência. O município tem acesso direto às necessidades e preocupações da população, abordando problemas específicos como criminalidade, violência e prevenção, e refletindo sobre as soluções.

O município pode estabelecer parcerias com as forças policiais, promovendo iniciativas como programas de vigilância comunitária e patrulhamento mais próximo.



A gestão municipal é responsável pela infraestrutura urbana, que inclui a iluminação pública, que pode ajudar a reduzir a criminalidade ao melhorar a segurança em áreas públicas.

Os municípios podem promover campanhas de conscientização sobre segurança, prevenção ao crime e programas educativos que envolvam a comunidade.

PLANO DE GOVERNO

Ações simples para enfrentar o problema da insegurança. É indispensável adotar medidas que integrem os atores públicos com responsabilidade direta e indireta com a questão da violência, além de promover parcerias com entes privados, fortalecendo as instituições, reconhecendo e motivando cada vez mais os profissionais, investindo em subsídios tecnológicos para o desenvolvimento da atividade de inteligência, bem como garantindo a capacitação continuada dos profissionais.

Não podemos permitir que em nossos bairros as facções criminosas dominem e ditem regras quanto ao comportamento social.

A Defesa Civil desempenha um papel crucial na proteção e segurança da população, especialmente em situações de emergência e desastre, elaborando planos e estratégias de prevenção de desastres, promovendo a conscientização da população sobre riscos e medidas de segurança, atuando em parceria com diferentes órgãos e instituições, como polícia, bombeiros, saúde e assistência social, garantindo uma resposta integrada e eficaz. Ela é essencial para a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, promovendo uma cultura de prevenção e responsabilidade coletiva em situações de risco.

Segurança e Defesa Civil devem avançar juntas. As soluções devem passar pelo fortalecimento da capacidade dos entes em gerenciar a violência, bem como pensar a execução das políticas transversalmente com as demais instituições públicas e com a sociedade civil.

Nossa proposta é ampliar o debate juntamente com sociedade civil organizada, criando um novo referencial que veja a Segurança e Defesa Civil como áreas importantes para a consolidação da democracia e acesso a direitos, bem como para o exercício de um controle social por parte dos rio-branquenses.

AÇÕES ESTRUTURANTES

- ✓ Garantir atendimento especializado e humanizado, bem como estratégias de prevenção a violência praticada contra o público vulnerável (crianças/adolescentes/jovens, mulher, idoso, portadores de deficiência, negros, índios e LGBTQIA+) vítimas de violências;
- ✓ Investir em equipamentos adequados, de uso coletivo e individual;

PLANO DE GOVERNO

- ✓ Investir em recursos tecnológicos devidamente adequados às atividades das respectivas instituições de Segurança e Defesa Civil;
- ✓ Fortalecer a Defesa Civil;
- ✓ Revisar e readequar o plano de contingência da defesa civil municipal
- ✓ Investir em programas de prevenção do uso e do abuso de drogas e no tratamento, para pessoas já usuárias;
- ✓ Dispensar atenção especial às atividades de inteligência das instituições que integram o Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Civil;
- ✓ Aprimorar os serviços de inibição de crimes no perímetro urbano e rural, fazendo uso das novas tecnologias: câmeras de leitura facial, sistema integrado de monitoramento, uso de drone, rádio digital, entre outros;
- ✓ Instituir ações estratégicas de enfrentamento a violência na zona rural de Rio Branco
- ✓ Implantar a Guarda Civil Municipal;
- ✓ Desenvolver projetos direcionados para jovens, com o intuito de afastá-los da criminalidade e evitar a sua inserção em atividades criminosas;
- ✓ Fortalecer o Senso Comunitário, promover a coesão social e o engajamento dos residentes dos bairros através de atividades que incentivem a participação ativa e o desenvolvimento de uma identidade comunitária forte, criando redes de apoio e cooperação;
- ✓ Implementar programas educacionais e culturais que ampliem as oportunidades de aprendizado e crescimento pessoal para os moradores das comunidades atendidas, criando ambientes mais seguros e integrados, visando a melhoria do bem-estar emocional e a prevenção de problemas comportamentais;
- ✓ Construção do COI – Centro de Operações Integradas – integrando as forças de segurança pública e monitoramento eletrônico (Trânsito, Guarda Municipal, Polícia Militar, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros).